

temas. Em setembro de 1975, defende o «papel importantíssimo» desempenhado pelas comissões de trabalhadores no «avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo». Acusando o PPD e o CDS de utilizarem um «hábil ardil» para colocarem «em causa todas as formas de participação dos trabalhadores na vida político-económica e social», afirma: «A voz dos monopólios e latifundiários, e este é um apelo que eu faço à Câmara, não deve figurar na Constituição que estamos elaborando.» (DAC n.º 49, 19 de setembro de 1975) Reforçando a posição do PCP pela proibição das formas comerciais de medicina, defende, em outubro, que «não deverão ser as massas trabalhadoras já desfavorecidas e exploradas que deverão pagar a produção de cuidados médicos, de que carecem e têm direito». Pelo contrário, «esse custo deve ser suportado pelos estratos sociais detentores de maiores rendimentos, pois que os mesmos resultam, em última análise, da mais-valia e lucro produzidos pelas classes trabalhadoras» (DAC n.º 57, 3 de outubro de 1975). Dias depois, aborda o problema de rede de transportes portuguesa, que considera «inadequada, ao mesmo tempo que a qualidade é de nível inferior, na maior parte dos casos». «Impõe-se», defende Hilário Teixeira, «a concretização de um plano nacional de transportes que, baseado nas reais necessidades e “possibilidades” do país, sirva o melhor possível» (DAC n.º 59, 8 de outubro de 1975). Nas múltiplas vezes que intervém na Assembleia, refere-se ao processo de descolonização de Angola (30-10-1975), às nacionalizações (18-12-1975), ao papel dos jovens na revolução (26-2-1975), entre outros temas.

Pedro Marques Gomes

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*.

TELES, António Mário Diogo (n. 1939)



Deputado do Partido Socialista (PS) pelo círculo de Évora. Filho de Armando Teles e de Henriqueta Maria Diogo, nasceu a 15 de julho de 1939, na vila de Mora, distrito de Évora. Casado. As suas habilitações correspondiam ao 2.º grau da Instrução Primária. Desenvolveu funções como presidente da Junta de Freguesia de Mora; vogal da Associação dos Bombeiros Voluntários de Mora e despachante de camionagem. No ano de 1963 é louvado, em Moçambique, pelo desenvolvimento da ação psicossocial e como fiel de um depósito de géneros. Durante a Assembleia Constituinte não interveio, tendo apenas estado presente nas sessões. Esteve presente na última sessão da Assembleia Constituinte, de 2 de abril de 1976.

Mariana Castro

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 132 (3 de abril de 1976).

TENGARRINHA, José Manuel Marques do Carmo Mendes (1932-2018)



Nasceu em Portimão, a 4 de dezembro de 1932, filho de Teresa Marques do Carmo Mendes Tengarrinha e de José Mendes Tengarrinha Júnior. Faleceu no Estoril, a 29 de junho de 2018. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorou-se na mesma Universidade, onde lecionou e da qual se jubilou como professor catedrático. Foi jornalista e professor do ensino técnico, profissões que foi proibido de exercer devido às suas atividades políticas, por ser membro do Partido Comunista Português. Foi preso e torturado pela PIDE nas cadeias do Aljube e Caxias. Fundador da CDE – Comissão Democrática Eleitoral, em 1968, foi membro da sua Comissão Política. Membro da Comissão Organizadora do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro, em 1973. Aquando do 25 de Abril estava preso em Caxias, tendo sido libertado dois dias depois. Além de constituinte, foi também deputado à Assembleia da República até 1987, pelo MDP/CDE. É autor de uma vasta bibliografia sobre História e Ciências Sociais, de que se destacam os seus estudos sobre liberalismo e imprensa. É fundador do Centro Internacional para a Conservação do Património e presidente do Instituto de Cultura e Estudos Sociais. Em 2015, foi candidato à Assembleia da República pelo LIVRE, partido político em que depois se filiou.

Deputado constituinte pelo círculo de Lisboa, eleito pelo MDP/CDE, exerceu funções desde a instalação da Assembleia, no início de junho, até 8 de outubro de 1975, data em que apresenta renúncia ao mandato «por imperiosa necessidade de trabalho político» no seu partido. Foi substituído por Levy Casimiro Baptista. As intervenções de José Manuel Tengarrinha ocorrem na fase inicial da Constituinte. Versam o Regimento da Assembleia e, em particular, a existência de um período de antes da ordem do dia (PAOD); a sistematização da Constituição e ainda os princípios fundamentais que o texto constitucional deveria consagrar. Discordou do projeto de Regimento, que, no fundamental, veio a ser aprovado, por considerar que tinha implicações políticas profundas e não poderia ser entendido como um mero instrumento técnico. No seu entender, as intenções políticas do Regimento situavam-se em três direções principais: no tocante às regras de funcionamento, fazia-se sentir o «peso dirigista dos blocos majoritários», através de disposições limitativas dos debates e das intervenções dos deputados; quanto ao MFA, registava com muita apreensão o seu «quase total apagamento» do Regimento; e considerava ainda haver o propósito de transformar a Assembleia Constituinte numa assembleia de tipo parlamentar, «ultrapassando os limites legais estabelecidos e o mandato específico que os deputados